



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Conhecimento e Sentimento: de Burton e Wittgenstein ao Monismo de Triplo Aspecto Alfredo Pereira Júnior

Como citar: PEREIRA JÚNIOR, A. Conhecimento e Sentimento: de Burton e Wittgenstein ao Monismo de Triplo Aspecto. *In:* ALVES, M. A. (org.). **Cognição, emoções e ação.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 107-122.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2019.978-85-7249-019-1.p107-122>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONHECIMENTO E SENTIMENTO: DE BURTON E WITTGENSTEIN AO MONISMO DE TRIPLO ASPECTO

Alfredo Pereira Júnior

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp
alfredo.pereira@unesp.br

INTRODUÇÃO

Discutindo resultados de experimentos neurocientíficos, Burton, no livro *On Being Certain*, de 2008, procura dissociar o “sentimento de conhecimento” (*the feeling of knowing*) do conhecimento propriamente dito – o qual, na definição clássica sumarizada e criticada por Platão, envolveria, além da crença em uma proposição, também sua verdade e sua justificação racional. A proposta de Burton ressoa com anotações feitas por Wittgenstein em seu último ano de vida (1950-1951), compiladas no livro publicado postumamente (*On Certainty*), nas quais o filósofo procurava dissociar o conceito de certeza do conceito de verdade. Realizamos uma comparação das propostas de Burton e Wittgenstein, discutindo a tendência cética do primeiro e realista do segundo. Após discutir a dissociação entre o sentir e o conhecer, enfocamos o papel complementar de ambos na atividade mental consciente, buscamos uma superação das abordagens tradicionais da consciência, que se encontram restritas à atividade cognitiva.

Na reconstrução contemporânea do conceito de conhecimento formulado por Platão (a respeito de seus adversários sofistas), este é concebido - não sem problemas - como uma “crença verdadeira justificada” assumida por um determinado agente cognitivo. Este tipo de crença, de natureza cognitiva, seria a *crença em uma proposição linguística* verdadeira; além disso, para que seja objeto de conhecimento, o agente cognitivo teria uma justificativa para assumi-la.

A verdade, no sentido tradicional de “correspondência com a realidade” é problemática, uma vez que não há consenso a respeito do que é a realidade, ou do método para se estabelecer tal correspondência. Entretanto, o abandono deste requisito para o conhecimento (isto é, aqui

<https://doi.org/10.36311/2019.978-85-7249-019-1.p107-122>

lo que é conhecido precisa ser verdadeiro) conduz a abordagens psicológicas, em que não só a crença em geral como também a certeza (entendida como o grau máximo da crença) são reduzidas a estados mentais e/ou cerebrais, sem maiores implicações epistêmicas. Neste contexto, destaca-se a proposta do neurocientista Burton (2008), que argumenta, com base em resultados empíricos (como, por exemplo, experimentos de estimulação direta do cérebro durante uma cirurgia), que a certeza não passaria de um “sentimento de conhecer” (*feeling of knowing*), que pode estar dissociado da verdade, ou seja, as pessoas muitas vezes acreditam em proposições falsas.

Neste capítulo, pretende-se contrastar a posição psicologizante de Burton, que conduz ao ceticismo (BURTON, 2008), com as anotações de Wittgenstein (escritas em 1950-51, e publicadas postumamente por Anscombe em 1969) a respeito da crença, que apontam no sentido de um realismo semelhante ao de Moore (1925, 1939), ambos republicados em Moore (1959). Apesar da semelhança dos títulos, e embora cite Wittgenstein quatro vezes em seu livro, Burton (2008) não demonstra, de modo explícito, conhecer “On Certainty” de Wittgenstein, Anscombe e Von Wright (1969). Em ambos os autores, Burton e Wittgenstein, pode-se identificar uma dissociação entre os conceitos de crença/certeza/sentimento, por um lado, e conhecimento/justificação/verdade, por outro. Entretanto, a posição epistemológica de Burton é cética, enquanto Wittgenstein se aproxima do realismo de Moore quanto às crenças da vida quotidiana.

Após este contraste entre os dois autores, levanta-se a hipótese de que os sentimentos teriam função epistêmica *complementar* aos processos propriamente cognitivos na construção de um processo mais complexo, o *fluxo da consciência*. Esta hipótese se insere em uma concepção ontológica, o Monismo de Triplo Aspecto (MTA), para a qual a consciência humana é definida como “o sentimento do que acontece”, conforme Pereira Júnior (2013), inspirado no título do livro de Damásio (2000). No MTA, tanto o conhecimento quanto o sentimento são considerados aspectos da realidade (ou seja, não se reduzem a aparências ou ilusões do agente cognitivo). O conhecimento consiste na apreensão, processamento e interpretação (isto é, atribuição de uma semântica) de padrões de informação (internos e externos ao agente cognitivo) constitutivos do real. O sentimento, além de

ser um fenômeno subjetivo, também contribui para a apreensão da realidade, porém de modo diferente do conhecimento.

À guisa de conclusão, argumenta-se pela equivalência - para fins práticos - das duas posições filosóficas que chamamos de “racionalismo moderado” e “emotivismo construtivo”. Pode-se tanto dizer que somos agentes cognitivos que utilizam a experiência de sentimentos para melhor guiar nossas ações, como feito por Damásio (2000), ou que somos agentes sentientes que usam o conhecimento para melhor administrar nossas emoções e suas implicações práticas (como proposto no MTA).

1 MONISMO DE TRIPLO ASPECTO (MTA) E A TEORIA DA CONSCIÊNCIA

O MTA, conforme desenvolvido por Pereira Júnior (2013, 2016), é uma formulação ontológica na qual a consciência, entendida como um dos aspectos da realidade, constitui-se de *processos cognitivos com sentido*, tomando-se o termo “sentido” como relativo ao *sentir*, que inclui não só a *atribuição de significado* mas também a *experiência de sentimentos* associados aos conteúdos cognitivos (estes últimos sendo usualmente concebidos como *representações, mapas e símbolos*). “Sentimento”, no MTA, é um termo filosófico que abrange não só os sentimentos emocionais (como estar alegre, ou estar triste), mas inclui toda a gama das vivências conscientes, em cinco modalidades:

a) Perceptiva: por exemplo, sentir o gosto do alimento, o cheiro de uma flor;

b) Sensações básicas, de origem biológica, como fome e sede;

c) Sentimentos emocionais, como os acima citados, que muitas vezes envolvem relações sociais, como nos casos do amor e do ódio;

d) Sentimentos cognitivos, como saber que se sabe a resposta a uma pergunta; ou ainda o sentimento de si como distinto dos outros, isto é, o sentimento do Eu;

e) Sentimentos volitivos, como o querer e o desejo.

Na perspectiva do MTA, os processos puramente físico-químico-biológicos constituem o primeiro aspecto da realidade; os processos informacionais, que constituem o aspecto cognitivo, dizem respeito ao segundo aspecto, e a consciência, caracterizada pela conjunção do conhecer com o sentir, constitui o terceiro aspecto. Processos informacionais sem significado e o respectivo sentimento seriam, portanto, processos mentais inconscientes; na presença do encadeamento mental que leva ao significado e finalmente ao sentimento, se tornam processos mentais conscientes.

Retornando à definição clássica de conhecimento, pode-se dizer, na perspectiva do MTA, que, se as crenças proposicionais são sentimentos, então os respectivos conhecimentos seriam necessariamente conscientes. Neste caso a Teoria do Conhecimento se transmuta em Teoria da Consciência. Implicitamente considera-se que a interação entre cognição e sentimento é construtiva, pois a crença em uma proposição é entendida como a “força” que torna o conteúdo da proposição consciente (embora não garanta sua verdade); na ausência desta “força”, a proposição, mesmo que fosse verdadeira, não se tornaria um conteúdo de consciência no agente cognitivo; tampouco poderia ser objeto de justificação. Sem o acesso à consciência não haveria como se construir a justificativa por meio de um argumento racional (isto é, assumindo a proposição a ser justificada como a conclusão de um argumento para o qual se buscam as premissas que corretamente a deduzam e também o caminho lógico que conduz das premissas à conclusão). A justificativa é uma operação que requer memória explícita (consciente) das proposições e do argumento como um todo.

Estabelecidas estas diretrizes, duas tarefas filosóficas se colocam:

- a) Repensar a Teoria do Conhecimento como Teoria da Consciência;
- b) Investigar a complementaridade do conhecer e do sentir na Teoria da Consciência.

Para enfrentar estas tarefas, além das ferramentas propriamente filosóficas de análise conceitual e das evidências do senso comum, torna-se importante utilizar também conceitos e evidências oriundos das ciências, em uma abordagem interdisciplinar na qual as ciências, em particular a

neurociência e a psicologia, trazem importantes subsídios para a discussão de problemas filosóficos (PEREIRA JÚNIOR, 2016).

No contexto atual do ensino de Filosofia assume-se (implicitamente) que o estudo da consciência humana poderia ser abarcado pela disciplina de Teoria do Conhecimento ou Epistemologia Geral. Entretanto, se as propostas dos autores estudados, em particular o MTA, estiverem bem fundamentadas, deve-se concluir que a *Teoria da Consciência* deveria ser a disciplina mais abrangente, que incluiria tanto os processos cognitivos quanto os processos afetivos/emocionais, abarcando a Teoria do Conhecimento e partes da Psicologia e Neurociência, incluindo a Neurociência Cognitiva e a Neurociência Afetiva. Esta possível conclusão implica na necessidade de mudanças curriculares, introduzindo-se a abordagem interdisciplinar no ensino de Filosofia.

Há outras motivações secundárias para a discussão, tais como a discussão dos limites da racionalidade e a argumentação pela possibilidade de um realismo pragmático. No caso da discussão dos limites da racionalidade muito tem sido discutido, por exemplo, a respeito da racionalidade do comportamento econômico, a exemplo do *best-seller* de Arielly (2008), assumindo-se que “racional” seja o comportamento de base puramente cognitiva, isto é, aquele que exclui as determinações das emoções e sentimentos, ou as controlam por meio da Lógica. Se adotarmos a hipótese aqui levantada e defendida, a influência das emoções e sentimentos no comportamento econômico não deveria ser chamada de “irracional”, mas concebida como *uma forma expandida de comportamento racional* típica da consciência humana.

No tocante à argumentação pela possibilidade de um realismo pragmático, temos que a possibilidade de uma epistemologia realista crítica embasada em resultados práticos (da experiência quotidiana e/ou da ciência/tecnologia) conflita com pressupostos do Idealismo Transcendental neo-kantiano, que assume que não podemos conhecer a “coisa-em-si”, conforme pode ser conferido em Wedberg (1984). O realismo de Moore (1939, 1959) e do último Wittgenstein (1969), assim como a sugestão de um “compromisso ontológico” de Quine (1990), apontam no sentido de um conceito de consciência semelhante ao proposto no *Monismo Reflexivo* de Velmans (2009): as mentes conscientes refletiriam o mundo real na perspectiva de primeira pessoa (isto é, os conteúdos de consciência seriam

referenciados na realidade, porém diferentes, pois cada pessoa tem uma perspectiva própria). Esta seria uma das posições possíveis frente aos fenômenos do conhecer e do sentir.

2 POSIÇÕES FILOSÓFICAS FRENTE AO CONHECER E SENTIR

Por “crença cognitiva” entende-se a crença no conteúdo de uma proposição que intensionalmente refere a estados de coisas. Esta crença pode acontecer mesmo se a proposição for falsa, como argumentado por Burton (2008). A crença cognitiva pode ainda ser definida como o estado subjetivo que temos quando acreditamos que temos algum conhecimento. Quando a crença atinge seu grau máximo, temos a certeza. Seriam estes estados subjetivos meros sentimentos (pertencendo à mesma classe de estados subjetivos de cunho emocional, como sentir-se triste ou feliz), ou seriam propriamente epistêmicos, no sentido de propiciar justificação racional e/ou acesso aos critérios de verdade? Pode-se analisar os posicionamentos frente a esta questão de acordo com as filosofias de cunho emotivista e racionalista.

Para os emotivistas, a resposta seria positiva. Haveria duas tendências dentre os emotivistas: as filosofias reducionistas e construtivistas. As primeiras, nas quais se poderia classificar Burton (2008), operam a redução das crenças cognitivas ao “sentimento de saber”. Para elas, não existiria um procedimento independente do sentimento para se justificar uma proposição, ou para se demonstrar a verdade. O único recurso que temos para apoiar nossos juízos seria o sentimento de conhecer. Nesta categoria poderiam também ser classificadas as posições filosóficas idealistas ou irracionaisistas que colocam o Eu consciente como matriz absoluta do real, como é o caso de Fichte ou Schelling, por exemplo. Há, ainda, posturas que entendem a vontade como árbitro exclusivo dos processos de tomada de decisão, a exemplo de Schopenhauer ou Nietzsche. Entretanto, uma análise mais rigorosa destas filosofias vai além do âmbito deste capítulo.

Para os construtivistas, que são de maior interesse para a abordagem aqui adotada, haveria uma colaboração entre fatores sentimentais e racionais na construção do conhecimento. As operações mentais que envolvem processamento de informação e inferências lógicas são considera-

das como sendo próprias à racionalidade cognitiva. As operações mentais que envolvem sentimentos são consideradas como sendo propriamente afetivas, ou - para se usar uma expressão popular na atualidade - do âmbito da “inteligência emocional”, conforme Goleman (1998). Nossos estados/processos mentais conscientes teriam *ambos* os componentes. O sentimento requer um conteúdo cognitivo (representação, mapa ou símbolo) a ser sentido e o conhecimento, para ser consciente, requer que seus conteúdos sejam sentidos (ou, ao menos, que sejam *acreditados*, como na definição platônica clássica).

As crenças poderiam ser cognitivas e não-cognitivas. A crença cognitiva consiste em acreditar em uma proposição para a qual se tem justificativa racional. Já a crença não-cognitiva (ou seja, a *fé*) consiste em se acreditar naquilo para o que *não* se tem uma justificativa racional. Do ponto de vista emotivista reducionista, não haveria como se distinguir crença epistêmica e fé, uma vez que ambas seriam sentimentos, sem maiores qualificações. Um sentimento não é objeto de justificações. Para a filosofia emotivista construtivista, pode-se fazer a distinção, pois nela se admite a possibilidade de justificativas racionais independentes do (e complementares ao) sentimento.

Para os racionalistas, as crenças cognitivas não seriam meros sentimentos. Os racionalistas podem ser divididos em radicais e moderados. Para os radicais, se o conhecimento é suportado por sentimentos, então não é justificado, pois a justificação teria de ser puramente racional. Para os moderados, cognição e sentimento podem estabelecer relações cooperativas, pois, embora os sentimentos não sejam, em si mesmos, justificativas, podem *motivar* justificações racionais.

Aparentemente o emotivismo construtivista se aproximaria do racionalismo moderado (assim como o “copo meio cheio” equivale ao “copo meio vazio”). No entanto, não se deve pular apressadamente para esta conclusão, pois o valor epistêmico dos sentimentos tende a ser apreciado de modo antagônico por estas filosofias. Para constatar algumas nuances desta temática, retornamos brevemente a Wittgenstein e Burton.

3 WITTGENSTEIN E BURTON

Enquanto no *Tratado Lógico-Filosófico* Wittgenstein (1922) concebe o conhecimento como relativo às formas lógicas presentes no mundo, a partir das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (1953) passa a entender o pano de fundo do conhecimento como “formas de vida”. Estas não seriam formalizáveis, mas poderiam ser reconhecidas em suas dimensões práticas. Neste novo quadro conceitual, os conceitos de *certeza* e *conhecimento*, que foram ligados por Descartes nos meandros de suas *Meditações Metafísicas*, se dissociam.

O conceito de *conhecimento* continua sendo vinculado aos conceitos de *verdade* e *justificação*, como na definição platônica clássica, ainda que a operacionalização destes últimos conceitos tenha se revelado bem mais problemática do que Wittgenstein julgava quando escreveu o *Tratado*. São os conceitos de *crença* e *certeza*, antes subordinados ao conhecer, que assumem estatura e densidade próprias e passam a ser objetos de análise.

Os componentes fundamentais do plano de fundo da vida não poderiam ser objetos de conhecimento, mas poderiam ser apreendidos nas ações práticas, ensejando a formação de crenças e certezas, um *saber prático*, eficazes e eficientes no mundo da vida. Com isso, não se reduz o escopo da vida mental consciente humana à empiria ou ao relativismo sofisticado, mas, pelo contrário, a concepção de vida mental se expande, vindo a ocupar um plano da realidade que não seria propriamente coberto pela razão lógica ou pelas consequências (dedutivas) das teorias científicas.

Discutindo os argumentos de Moore (1925, 1939) em favor da existência de um mundo externo à mente, e da possibilidade do senso comum apreender este mundo, Wittgenstein (1969), nos parágrafos 136 a 166, sustenta que podemos ter um saber prático a respeito das formas de vida fundamentais, mesmo na ausência de provas ou justificativas lógicas e/ou científicas a seu respeito. Tal saber se manifesta na forma de crenças que atingem o grau máximo - a certeza - mesmo na ausência de justificativas racionais ou de acesso a seus critérios de verdade: a prática humana “se autossustenta” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 139), o que pode ser demonstrado por meio de exemplos, como fez Moore. A partir destas evidências práticas fundamentais, que formam um sistema, conforme Wittgenstein (1969, p. 185) é que são construídas todas as demonstrações

lógicas, como aquelas realizadas pelas ciências empíricas, com o uso da lógica formal e da matemática.

A descrição das formas de vida em Wittgenstein (1969) aproxima-se da fenomenologia de Husserl (1947), em particular do conceito de *mundo da vida*, que passa a ocupar lugar central na filosofia husserliana a partir das *Meditações Cartesianas*. Assim como em Heidegger - o discípulo de Husserl que mais se aprofundou na filosofia da existência temporal - para Wittgenstein (1969) as “essências” da vida não constituem um sistema fixo de categorias, mas são constituídas temporalmente, em uma diversidade de usos, como nos “jogos de linguagem”, e podem ser abordadas por meio de diferentes modalidades de apreensão, que vão da simples crença de senso comum até a crença religiosa e a certeza científica. Estas distinções ocupam boa parte das anotações de Wittgenstein (1969) vide, por exemplo, nos parágrafos 92-110, 238-245, 422 e adiante 608-612.

Burton (2008), por sua vez, propõe, com base em resultados neurocientíficos, que a certeza é apenas o “sentimento de conhecer”. Este sentimento adviria da operação de mecanismos cerebrais que funcionam de modo independente dos mecanismos cognitivos (ou racionais, se assumido que a razão se reduz à cognição). Exemplificando sua distinção, Burton (2008) cita a distinção feita por Wittgenstein entre “certo” (*right*) no sentido cognitivo (correção de um raciocínio) e no sentido afetivo (como satisfação de uma demanda subjetiva). Burton (2008, p. 3) propõe que o *sentimento* de conhecer seja radicalmente distinto do *conhecer*. Isso porque, em determinadas condições neurológicas, ou sob o efeito de determinados estímulos, as pessoas têm certeza de conhecer determinados estados de coisas (ou relações entre estados de coisas) que comprovadamente não existem, ao menos em termos científicos.

O tipo de exemplo que melhor se encaixa na abordagem de Burton refere-se aos chamados “estados místicos”, que seriam – em sua abordagem, mas não necessariamente, como discutido por Shanon (2001) – apenas sentimentos, sem o correspondente conhecimento “objetivo”. Em termos neurocientíficos, os estados místicos seriam gerados pela ativação do sistema límbico, sem a correspondente ativação dos sistemas propriamente cognitivos do cérebro humano, como o córtex pré-frontal. Este tipo de padrão pode ser visualizado em experimentos com neuroimagem ou eletroencefalografia, o que constituiria evidência suficiente, nos paradigmas

atuais da neurociência cognitiva, para se fazer uma dissociação entre *sentimento de conhecer* e *conhecer* propriamente dito.

De fato, pode-se operacionalmente efetuar o que os neurocientistas cognitivos chamam de “dupla dissociação”. Isso porque, além da possibilidade de se ter o sentimento de certeza sem o respectivo conhecimento (daquilo que se tem como certo), há casos em que ocorre a ativação das áreas cognitivas sem a ativação do sistema límbico (que seria o correlato cerebral do “sentimento de conhecer”). Embora a dupla dissociação não seja um método controvertido no âmbito científico, podemos questionar sua validade neste caso, pois a existência de conhecimento sem a crença na proposição que o enuncia conflitaria com a definição clássica adotada na Teoria do Conhecimento filosófica.

O problema com que o leitor de Burton se defronta é o de se avaliar se o sentimento de conhecer seria realmente desprovido de qualquer valor cognitivo, no que tange a uma realidade independente da mente do agente cognitivo. Ao invés das posições extremas, pode-se argumentar pelo emotivismo construtivista ou pelo racionalismo moderado, para os quais o sentimento de conhecer possa ter um papel pragmático na elaboração de conhecimento a respeito de uma realidade independente da mente do agente. Em contextos do senso comum e religiosos, pode-se, então, adotar a análise de Wittgenstein (1969), fazendo-se uma distinção entre *crença cognitiva* e *fé*. A primeira coaduna com justificações racionais, enquanto a segunda se faria *contra* a razão, por exemplo, postulando-se um ser supremo incognoscível.

4 HIPÓTESE DA COMPLEMENTARIDADE DE CONHECER E SENTIR

Formula-se aqui a hipótese de que os sentimentos teriam função epistêmica *complementar* aos processos propriamente cognitivos na construção de um processo ainda mais complexo, a saber, o *fluxo da consciência*. Esta hipótese se insere em uma concepção ontológica para a qual a consciência é concebida como “o sentimento do que acontece”. Neste conceito de consciência, “o que acontece” é o vir-a-ser da realidade, na perspectiva de um determinado agente, que é representado em seu sistema cognitivo por meio de um sofisticado processamento de sinais. Entretanto, tais representações só se tornam conscientes quando dotadas de um *sentido*, isto

é, quando as mensagens carregadas pelos sinais informacionais *afetam* de modo global o sistema.

Entende-se neste contexto por “atribuição de sentido” mais que a atribuição de significado. O ato de *sentir* envolve também um efeito da informação (ou *causa formal* aristotélica) sobre o corpo (ou *causa material* do agente), ou seja, a consciência é entendida como um processo no qual a informação representada ou mapeada na mente *afeta* o corpo do agente, e acordo com Pereira Júnior (2015a, 2015b). Sem a presença dos sentimentos, tal afeto ou efeito não ocorre; isto é, o processamento de informação e as representações ou mapas resultantes permanecem inconscientes, tal como se supõe acontecer em computadores digitais – que processam informação, mas aparentemente não são conscientes, pois lhes falta a capacidade de *sentir o significado da mensagem* informacional a partir de uma *perspectiva própria*, perspectiva de primeira pessoa, vide Nagel (1974).

No MTA, tanto o conhecimento quanto o sentimento têm densidade ontológica. Além de serem fenômenos subjetivos, que ocorrem na perspectiva de primeira pessoa, *também* são aspectos fundamentais da realidade. O conhecer consiste na apreensão, processamento e interpretação (isto é, atribuição de uma semântica) de padrões de informação (internos e externos ao agente cognitivo) constitutivos do real. Os processos cognitivos, que levam ao conhecimento, se iniciam no plano inconsciente, por meio da apreensão e processamento de padrões de informação que derivam das matrizes do real. Para maior discussão dessas matrizes, intituladas “formas de energia”, vide Pereira Júnior (2016). O processo interpretativo também se inicia no plano inconsciente (por exemplo, na distinção entre “Self” e “Não-Self” pelo sistema imune) e se estende até o plano consciente, quando enseja a formação de sentimentos a respeito do conteúdo da informação (mensagem) que está sendo processada.

O sentimento, além de ser um fenômeno subjetivo, também possibilita o “desvelamento” da estrutura profunda da realidade, por meio da intuição. No MTA, o termo “desvelamento” tem uma amplitude maior do que na obra do filósofo que o introduziu, Martin Heidegger. Ao “sentir o mundo”, o agente consciente atualiza em sua mente um padrão informacional que expressa uma combinação das matrizes fundamentais da realidade (“Sentimento do Mundo”, vale lembrar, é o título de um poema de Carlos Drummond de Andrade e também do livro em que o poema foi

publicado). Por exemplo, uma combinação estruturante da realidade é a combinação de hidrogênio e oxigênio. A liquidez é uma propriedade emergente desta combinação. Porém, ela só se atualiza quando sentida por um agente consciente; sem estes agentes, tal propriedade emergente permanece em estado potencial. Outros casos, citados, por exemplo, em Pereira Júnior (2013, 2016), são o sabor salgado e o odor das flores (este também utilizado como exemplo por Heidegger, vide Pereira Júnior (2016)). A combinação entre sódio e cloro gera como potencialidade o sabor de sal. Entretanto, este sabor só é atualizado quando sentido por um agente consciente. O mesmo se aplica ao odor das flores, que existe como potencialidade coexistente à existência de flores, mas só emerge como atualidade quando é sentido por um agente consciente.

O sentimento, segundo o MTA, também possibilitaria um acesso cognitivo a propriedades da realidade mais complexas que as qualidades sensoriais. Nestes casos, o termo utilizado pelos cientistas para se referir a este tipo de sentimento é “intuição”. Por exemplo, enquanto tocando seu violino em um pequeno barco que deslizava sobre um lago em quase silêncio, Einstein teria intuído uma relação fundamental entre matéria e energia. Neste caso, não se trata obviamente de um processo sensorial, mas de intuição de um princípio fundamental de toda a realidade, a partir de especulações mentais, o que sugere algum grau de isomorfismo entre as operações mentais e as operações fundamentais do real. Curiosamente, muitos recipientes do Prêmio Nobel relatam experiências semelhantes nas quais a intuição desempenha uma papel central na descoberta de hipóteses científicas inovadoras, conforme Marton, Fenshan e Chaiklin (1994).

No MTA, os princípios fundamentais das operações mentais não podem ser concebidos como atributos de um sujeito pensante ou Eu transcendental separado da natureza; os três aspectos e suas manifestações seriam co-extensivos em uma realidade unitária e complexa. Neste sentido, vale ressaltar que a epistemologia genética de Piaget seria um bom exemplo do proposto isomorfismo entre operações mentais e operações da natureza (VONËCHE, 2007), que contrasta com a suposição dualista (ou idealista) dominante na filosofia moderna, para a qual os princípios operantes na mente consciente se aplicariam apenas a um domínio fenomênico dissociado da realidade natural. No MTA, o domínio fenomênico da experiência

consciente é co-extensivo com realidade natural, possibilitando a atualização de potencialidades desta mesma realidade.

Decorre destas considerações que, para o MTA, o âmbito dos processos de desvelamento do ser (ou seja, atualização de potencialidades da realidade na perspectiva de um determinado agente cognitivo) é muito mais amplo que em Heidegger. Este filósofo restringia o genuíno desvelamento a determinadas manifestações artísticas, como a poesia, e condenava a técnica como sendo responsável pelo “esquecimento do ser”. No MTA, o desvelamento apresenta diversas modalidades, inclusive a técnica e a tecnologia contemporâneas, abrangendo todas as modalidades da experiência consciente. Sobre a amplitude do conceito de sentimento no MTA, confira Pereira Júnior (2015). A Cosmologia científica contemporânea, por exemplo, fazendo uso de sofisticadas tecnologias, evidencia que nossa galáxia é apenas uma dentre milhões ou bilhões de galáxias de semelhante magnitude. Esse feito da ciência e da tecnologia contemporâneas, na perspectiva do MTA, constituiria um “desvelamento do ser” de valor cognitivo incomensuravelmente superior à totalidade dos poemas de Hölderlin, poeta que inspirou a tese de Heidegger. A engenharia genética, ao gerar clones, seres quiméricos e ao introduzir novidades na medicina que alteram os processos da vida, também atualiza potencialidades da realidade, nos desvelando características do real que até então desconhecíamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, propõe-se que conhecer e sentir sejam processos mentais complementares, que conjuntamente compõem o fluxo da consciência dos agentes cognitivos. A implicação antropológica desta proposta é que somos agentes cognitivos que utilizam a experiência de sentimentos para melhor guiar nossas ações, como em Damásio (2000), ou agentes sentientes que usam o conhecimento para melhor administrar nossas emoções e suas implicações práticas, como no MTA.

Tanto no indivíduo quanto na sociedade pode-se observar, historicamente, a preponderância do conhecer sobre o sentir, ou vice-versa. Daniel Kahneman ganhou o Nobel em Economia de 2003 ao propor que teríamos dois sistemas envolvidos nas tomadas de decisão econômica, um deles se baseando no conhecer e o outro no sentimento, confira Morewedge

e Kahneman (2010). Como conhecer e sentir se combinam, tanto como fenômenos mentais quanto em suas bases físico-químico-biológicas, conforme expõe Pereira Júnior (2013, 2016), não é conveniente argumentar pela dominância absoluta de um sobre o outro. As considerações acima sugerem que, para fins práticos, as duas alternativas (agente cognitivo que sente, ou agente sentiente que conhece) se equivalem. Na evolução cósmica o processamento de informação (que é a base do conhecimento) teria possivelmente ocorrido antes do sentir consciente; entretanto, ao se estudar o comportamento de agentes cognitivos que se utilizam de ambos (conhecer e sentir) para guiar suas decisões, não se pode argumentar por uma dominância absoluta de uma destas funções.

Agradecimento: FAPESP, pelo apoio à pesquisa sobre o Monismo de Triplo Aspecto.

REFERÊNCIAS

- ARIELY, D. *Predictably irrational: the hidden forces that shape our decisions*. New York: Harper Collins, 2008.
- BURTON, R. A. *On being certain: believing you are right even when you're not*. New York: St. Martin's, 2008.
- DAMÁSIO, A. *The feeling of what happens: body and emotion in the making of consciousness*. New York: Mariner Books, 2000.
- GOLEMAN, D. *Working with emotional intelligence*. New York: Bantam Books, 1998.
- HUSSERL, E. *Meditations cartesiennes: introduction à la phénoménologie*. Tradução Gabrielle Peiffer and Emmanuel Levinas. Paris: Vrin, 1947.
- MARTON, F.; FENSHAM, P.; CHAIKLIN, S. A Nobel's eye view of scientific intuition: discussions with the Nobel prize-winners in physics, chemistry and medicine (1970-86). *International Journal of Science Education*, Abingdon, v. 16, n. 4, p. 457-473, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0950069940160406>. Acesso em: 13 de Agosto de 2018.
- MOORE, G. E. A defence of common sense. In: MUIRHEAD, J. H. (ed.). *Contemporary British Philosophy*. 2nd series. New York: Collier Books, 1925. Reprinted from: Philosophical papers.

MOORE, G. E. Proof of an external world. *Proceedings of the British Academy*, v. 25, p. 273-300, 1939.

MOORE, G. E. *Proof of an external world*. New York: Collier Books, 1959. Reprinted from: Philosophical Papers.

MOREWEDGE, C. K; KAHNEMAN, D. Associative processes in intuitive judgment. *Trends in Cognitive Sciences*, Oxford, v. 14, n. 10, p. 435-440, Oct. 2010.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? *Philosophical Review*, Durham, v. 83, n. 4, p. 435-450, 1974.

PEREIRA JÚNIOR, A. Triple-aspect monism: a conceptual framework for the science of human consciousness. In: PEREIRA, A. J.; LEHMANN, D. (ed.). *The unity of mind, brain and world: current perspectives on a science of consciousness*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013. p. 299-337.

PEREIRA JÚNIOR, A. O conceito de sentimento no monismo de triplo aspecto. *Kinesis: Revista de estudos dos pós-graduandos em Filosofia*, Marília, v. 7, n. 14, p. 01-24, nov. 2015a. Edição Especial Debate. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/0_alfredopereirajr.pdf. Acesso em: 21 abr. 2016.

PEREIRA JÚNIOR, A. Réplica aos comentários. *Kinesis: Revista de estudos dos pós-graduandos em Filosofia*, Marília, v. 7, n. 14, p. 95-143, 2015b. Edição Especial Debate. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/11_replicasalfredo.pdf. Acesso em: 21 abr. 2016.

PEREIRA JÚNIOR, A. *Monismo de triplo aspecto: uma filosofia interdisciplinar para o século XXI*. 2016. Preprint. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305348035_Monismo_de_Triplo_Aspecto_uma_Filosofia_Interdisciplinar_para_o_Sec_XXI. Acesso em: 06 ago. 2016.

QUINE, W. V. O. *Sobre o Que Há*. Trad. J. Branquinho. In: QUINE, W. V. O. et al. *Existência e Linguagem*. Lisboa: Presença, [1948], 1990.

SHANON, B. *The antipodes of the mind: charting the phenomenology of the ayahuasca experience*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VELMANS, M. *Understanding consciousness*. London: Routledge, 2009.

VONÈCHE, J. Action as the solution to the mind-body problem in Piaget's theory. In: OVERTON, W.; MULLER, U.; NEWMAN, J. (ed.). *Developmental perspectives on embodiment and consciousness*. New York: Lawrence Erlbaum, 2007. p. 69-98.

WEDBERG, A. *History of philosophy: from bolzano to wittgenstein*. Oxford, England: Clarendon, 1984. 3 v.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. London: Routledge and Kegan Paul, 1922.

WITTGENSTEIN, L.; ANSCOMBE, G. E. M.; RHEES, R. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.

WITTGENSTEIN, L.; ANSCOMBE, G. E. M.; VON WRIGHT, G. H. *On certainty*. Oxford: Blackwell, 1969.

PARTE II
COGNIÇÃO, EMOÇÕES E AÇÃO NO CONTEXTO
DAS CIÊNCIAS COGNITIVAS